

REARTICULANDO O CONCEITO DE DISPOSITIVO: COMBINANDO STS E ANALÍTICA DO GOVERNO¹

REARTICULATING THE CONCEPT OF THE DISPOSITIVE: COMBINING STS AND AN ANALYTICS OF GOVERNMENT

Thomas Lemke²

RESUMO

Este artigo elucidada, em primeiro lugar, os vários significados da noção francesa de *dispositif* e contrasta-a com os usos de “aparelho” (“*appareil*”), por um lado, e “reunião” (“*agencement*”), por outro. A segunda parte apresenta o uso distintivo de Foucault do conceito de dispositivo. O argumento baseia-se na tese de que a noção de dispositivo de Foucault está firmemente ancorada em uma analítica do governo, na medida em que se concentra na direção e regulação de forças agenciais e processos vitais. Na última parte, proponho combinar uma analítica do governo, seguindo Foucault, com *insights* dos Estudos de Ciência e Tecnologia (STS). Argumento que essa síntese teórica entre STS e uma analítica do governo ajuda a corrigir os problemas de muitas análises da sociologia política e da teoria social e política ao enfrentar as transformações e mudanças nas sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Dispositivo. Michel Foucault. STS. Analítica do governo.

ABSTRACT

This article first elucidates the diverse meanings of the French notion of *dispositif* and contrasts it with the usages of “apparatus” (“*appareil*”) on the one hand and “assemblage” (“*agencement*”) on the other. The second part presents Foucault’s

1 Este artigo é baseado em uma comunicação de maio de 2017 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Gostaria de agradecer a Eduardo Altheman Camargo Santos pela tradução do texto para o português, e a Franziska von Verschuer pelos comentários valiosos e pela ajuda com o manuscrito.

2 Professor de Sociologia com foco em “Biotecnologia, Natureza e Sociedade” na Universidade Goethe em Frankfurt am Main e professor honorário na Universidade de New South Wales, Sydney. E-mail: lemke@em.uni-frankfurt.de

distinctive use of the concept of the dispositive. The argument is based on the thesis that Foucault's notion of the dispositive is firmly anchored in an analytics of government, as it focuses on steering and regulating agentic forces and vital processes. In the last part I propose combining an analytics of government, following Foucault, with insights from science and technology studies (STS). I argue that this theoretical synthesis between STS and an analytics of government helps to correct the problems many accounts from political sociology and social and political theory face in addressing transformations and changes in contemporary societies.

Keywords: Dispositive. Michel Foucault. STS. Analytics of government.

De meados dos anos de 1970 em diante, Foucault passou a utilizar cada vez mais o termo em francês *dispositif* em sua obra. Ele desempenha um papel crucial em *Vigiar e Punir*, em *A vontade de saber*, e nas aulas de Foucault no Collège de France (FOUCAULT, 1999, 2006a, 2006b, 2008b, 2008c, 2014). Nas traduções da obra de Foucault para o inglês, *dispositif* é vertido variada e inconsistentemente como “implementação” [*deployment*], “aparato” [*apparatus*], “aparelho” [*device*], “sistema” [*system*], “organização” [*organization*], “mecanismo” [*mechanism*] e “constructo” [*construct*]³ (FOUCAULT, 1979; BURCHELL, 2008). Embora certamente haja uma sobreposição considerável entre os significados de cada um desses termos e o uso de Foucault de *dispositif*, eles tendem a realçar apenas uma parte restrita do campo semântico ou até mesmo ocluem importantes vínculos etimológicos e dimensões conceituais do termo. Conforme veremos, é precisamente a complexidade e a diversidade do conceito de *dispositif* que permitem uma consideração materialista da política. Seguindo a proposta de Jeffrey Bussolini (2010), sugerirei, por conseguinte, que o termo em inglês “dispositivo” [*dispositive*] é a melhor maneira de capturar a riqueza semântica e as associações conceituais de *dispositif*.

Neste artigo, elucidarei em primeiro lugar os significados diversos da noção francesa de *dispositif* e contrastá-la-ei com as

3 [N. do T.] Na tradução para o português da entrevista citada por Lemke, a tradutora Angela Loureiro de Souza manteve todas as traduções de *dispositif* como “dispositivo”, felizmente prevenindo tais confusões. (FOUCAULT, 1979, p. 243-76).

utilizações de “aparato” (“*appareil*”), de um lado, e de “reunião”⁴ [*assemblage*] (“*agencement*”), de outro. A segunda parte apresentará o uso distintivo de Foucault do conceito de dispositivo. Argumentarei, então, que a noção de dispositivo de Foucault está ancorada firmemente em uma analítica do governo, à medida que foca em direcionar e regular as forças dos agentes e processos vitais. Na última parte, proponho combinar uma analítica do governo, seguindo Foucault, com ideias dos estudos de ciência e tecnologia (STS)⁵. Argumento que esta síntese teórica entre STS e uma analítica de governo possibilita “uma teoria da política mais plenamente materialista” (BRAUN; WHATMORE, 2010, p. x), na medida em que ajuda a corrigir os problemas enfrentados por muitas considerações da sociologia política e na teoria social e política ao tratar das transformações e mudanças nas sociedades contemporâneas.

VIZINHOS SEMÂNTICOS: APARATO, REUNIÃO E DISPOSITIVO

A palavra francesa “*dispositif*” teve uma trajetória etimológica complexa. Primeiramente, ela foi usada para se referir aos termos promulgantes de uma decisão legal, posteriormente, a mobilização [*deployment*] de tropas na guerra, e, finalmente, ela significou um aparelho ou um aparato técnico. De acordo com o *Dictionnaire historique de la langue française* (REY, 2006, p. 1101), o termo era, originalmente, parte do vocabulário legal que designava as palavras finais de um julgamento no qual uma decisão da corte era anunciada;

4 [N. do T.]: Lemke observa ao longo do artigo que o termo em francês *agencement* foi traduzido para o inglês como *assemblage*. No entanto, é necessário enfatizar que ambos não são sinônimos, o que tornou a tradução simultânea dos dois vocábulos para o português extremamente difícil. Optei pela palavra “reunião” pois parece ser a que melhor exprime ambos os significados, assim como para diferenciá-la de *ensemble*, vertido como “conjunto” ao longo do artigo.

5 [N. do T.] STS é a sigla em inglês para *Science and Technology Studies*, isto é, Estudos de Ciência e Tecnologia. Como o campo constitui-se majoritariamente em língua inglesa, e como o próprio autor utiliza-a em inglês em outros artigos, mesmo aqueles escritos em alemão, optei por manter a sigla em inglês ao longo do artigo.

elas traziam à existência a decisão legal, e tinha um efeito constitutivo. No século XVIII, a palavra adentrou a linguagem militar, referindo-se a estratégias que faziam funcionar “a totalidade de meios disponíveis [*disposés*] consistentes com um plano” (REY, 2006, p. 1101). No século XIX, o termo adquiriu seu sentido contemporâneo: a “maneira pela qual os órgãos de um aparato são dispostos [*disposés*]” (REY, 2006, p. 1101; BEHRENT, 2013, p. 87). Logo, a etimologia da palavra contém três dimensões que são regularmente evocadas nas traduções para o inglês, e é crucial apanhar sua interação se quisermos compreender o interesse de Foucault na noção: um significado “ontológico”, um sentido estratégico, e uma leitura técnica (AGAMBEN, 2005, p. 11)⁶.

Portanto, conforme Bussolini (2010) convincentemente argumentou, é problemático traduzir *dispositif* como “aparato”. Embora ele reconheça uma sobreposição substantiva entre os significados e utilizações de “*appareil*” e “*dispositif*”, ele insiste em diferenças semânticas e conceituais importantes, apontando para a derivação latina dos dois termos, que ainda informa suas utilizações contemporâneas. A fonte etimológica de “*appareil*” é a palavra latina *apparātus*, preparo, do participio passado de *apparāre*, preparar. Ela

[...] se refere a um preparo ou a um aprontar-se para algo: um suprir, um prover ou um equipar. *Dispositio*, por outro lado, nomeia uma disposição regular – um arranjo [*arrangement*] –, e relaciona-se com o verbo *dispono* e com sua raiz *pono* [...]. *Dispono* faz referência a colocar aqui e ali, pôr em diferentes lugares, arranjar [*arranging*], distribuir (regularmente), dispor; ele também visa especificamente pôr em ordem, arrumar [*arraying*], ou estabelecer [*settling*] e determinar (nos sentidos militares ou legais). *Pono*, que é intimamente relacionado, faz referência a pôr, colocar, estabelecer [*setting down*] (como as coisas em ordem, ou tropas), ou a formar ou talhar (como obras de arte). [...] Logo, embora aparato refira-se a coisas reais e móveis,

6 Embora Agamben (2005) enfatize o significado legal do termo, o ponto mais importante é a dimensão “ontológica”: que a regra legal seja anunciada e, por meio disso, trazida à existência, a “promulgação” da decisão.

nesta leitura, dispositivo tem a sensibilidade ontológica mais robusta, como aquilo que (possivelmente) cria, ou aquilo que cria um arranjo que confere importância decisiva e estratégica a um estado de coisas [*state-of-affairs*]. (BUSSOLINI, 2010, p. 96)⁷

Giorgio Agamben argumenta que essa compreensão de *dispositio* é também intimamente ligada àquilo que Martin Heidegger compreendia por “*Gestell*”. Ele enfatiza a proximidade etimológica em relação a *dis-ponere*, na medida em que a palavra alemã “*stellen*” corresponde à latina *ponere* (AGAMBEN, 2005, p. 12). Agamben também aponta o significado não convencional de “*Gestell*” na obra de Heidegger. Conforme nota o próprio Heidegger, a palavra “*Gestell*” comumente refere-se a um aparato (*Gerät*), mas ele a utiliza para denotar “o recolher-se daquele (dis)pôr (*Stellen*), que dis(põe) do homem, isto é, exige dele o desvelamento do real sobre o modo de ordenar (*Bestellen*)” (HEIDEGGER, 1993, p. 326, apud AGAMBEN, 2005, p. 12).⁸

Logo, pode ser dito que a noção de dispositivo é mais abrangente do que a de aparato. Essa se refere à coleção estática de instrumentos, máquinas, ferramentas, partes ou outros equipamentos de uma ordem dada das coisas, ao invés de referir-se a sua *composição* estratégica: “Pode-se dizer do aparato que são os instrumentos ou os conjuntos discretos dos próprios instrumentos – os acessórios [*implements*] ou equipamentos. Dispositivo, por outro lado, pode denotar mais o arranjo – o arranjo estratégico – dos acessórios em uma função dinâmica” (BUSSOLINI, 2010, p. 96).

7 Bussolini enfatiza que a etimologia dos termos italianos *apparato* e *dispositivo* é bastante similar às diferenças semânticas entre as palavras francesas correspondentes.

8 Curiosamente, o ensaio de Agamben *Che cos'è un dispositivo?* (Rome: Nottetempo, 2006), que argumenta a favor da especificidade etimológica e conceitual de “dispositivo” foi publicado em inglês com o título *What is an Apparatus?* (AGAMBEN, 2005; BUSSOLINI 2010, p. 85). [N. do T.]: como se sabe, tal ensaio de Agamben parte de uma comunicação realizada no Brasil e a tradução para o português manteve o termo “dispositivo” no título. (AGAMBEN, 2005).

Além de aparato, o termo dispositivo é frequentemente confrontado ou contrastado com o conceito de “reunião” (“*agencement*”)⁹ desenvolvido por Félix Guattari e Gilles Deleuze. O termo denota “agrupamentos *ad hoc* de elementos diversos, de materiais vibrantes de todos os tipos” (BENNETT, 2010, p. 23) e rejeita noções humanistas de agência. No entanto, conforme notou Bruce Braun, o uso da palavra em inglês “*assemblage*” para traduzir a noção de Deleuze e de Guattari de ‘*agencement*’ captura apenas parcialmente o significado do termo. Enquanto aquela é restrita a uma coleção de coisas, *agencement* “associa a *capacidade de agir* com o *ajuntamento das coisas* que é uma condição necessária e prévia para qualquer ação ocorrer, incluindo as ações de humanos” (BRAUN, 2008, p. 671, grifo do autor). Embora este seja certamente um esclarecimento importante das composições fluidas e móveis que o termo evoca, a dimensão estratégica do dispositivo não é capturada adequadamente por *assemblage/agencement*. Nesse sentido, dispositivos poderiam ser “considerados um tipo de reunião, mas um tipo mais afeito (no sentido de antecipar, provocar, atingir e consolidar) à re-territorialização, ao estriamento [*striation*], ao escalonar [*scaling*] e ao governar” (LEGG, 2011, p. 131).

O CONCEITO DE “DISPOSITIVO” DE FOUCAULT

Agamben (2005, p. 10) rastreia o interesse de Foucault pela noção de dispositivo até seu trabalho na *Arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2008a), no qual a noção de positividade (“*positivité*”) desempenha um papel importante. Esses dois termos partilham da mesma fonte etimológica, uma vez que ambos derivam do latim *ponere*. Agamben argumenta que Foucault assumiu uma compreensão particular de “positividade” da obra de Jean Hyppolite, um de

9 [N. do T.] É importante notar que o conceito de *agencement*, de Deleuze e Guattari, foi traduzido para o português como “agenciamento”, tanto em *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*, quanto em *Kafka, por uma literatura menor*. (DELEUZE; GUATTARI, 1977, 1997).

seus professores, e da interpretação de Hegel que ele advogava. De acordo com Agamben, Hyppolite lia as “positividades” em Hegel como o horizonte histórico que impõe regras e coações particulares sobre os indivíduos. Nessa interpretação, Foucault estava buscando, já na *Arqueologia do saber*, investigar “os modos concretos em que as positividades (ou os dispositivos) atuam nas relações, nos mecanismos e nos ‘jogos’ de poder” (AGAMBEN, 2005, p. 11).

Foucault parece ter usado o termo “dispositivo” (“*dispositif*”) pela primeira vez em suas aulas no Collège de France em 1973-1974, intituladas *O poder psiquiátrico* (FOUCAULT, 2006b), nas quais ele o empregou para descrever as operações do poder disciplinar e o papel do asilo como um “dispositivo de cura” (FOUCAULT, 2006b; ELDEN, 2017). *Vigiar e punir*, publicado originalmente em 1975, já faz um uso extenso da noção para analisar o Panóptico e os “múltiplos dispositivos de ‘encarceramento’”. Em uma entrevista após a publicação do livro, Foucault (2007, p. 254) introduziu a noção de dispositivo em sua resposta à questão de saber se haveria um “método” particular que informava suas investigações históricas. Foucault argumentou que era necessário desviar a atenção da busca pelo não dito, o escondido ou o reprimido para as estratégias explícitas e para a organização consciente. Ele sugeriu substituir a “lógica do inconsciente” pela “lógica da estratégia”, focando nas “táticas com seus dispositivos” (FOUCAULT, 1994, p. 720; RABINOW, 2003, p. 49-50). No entanto, foi apenas dois anos depois, em outra entrevista, que Foucault foi questionado explicitamente sobre o significado e a função metodológica do termo dispositivo¹⁰. Ele propôs a seguinte definição, que delineia três elementos distintivos:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas,

10 Certamente não foi uma coincidência que a entrevista foi conduzida por um círculo de lacanianos, que Foucault desafiou com seu chamado para ir além da “lógica do inconsciente”.

decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Logo, para Foucault, um dispositivo é, em primeiro lugar, uma rede [*network*] (“*réseau*”) materialmente heterogênea (FOUCAULT, 1979, p. 244) entre um conjunto de elementos discursivos e não discursivos, sujeitos e objetos, sem distinguir nitidamente entre eles (DELEUZE, 1992, p. 160). Ele é uma composição de coisas que parece incluir virtualmente qualquer coisa, desde discursos e instituições, a corpos e edifícios. O dispositivo é a teia [*web*] relacional que une esses elementos, definindo suas posições e conferindo-lhes uma forma e um contorno particulares. Comparado com os conceitos de *épistémè* e de arquivo, utilizados em seu trabalho anterior, o dispositivo é uma noção mais abrangente e complexa: “a *épistémè* é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo” (FOUCAULT, 1979, p. 246, grifo do autor). Deleuze enfatizou a relação entre visibilidade e anunciação no conceito de dispositivo de Foucault: “Cada dispositivo tem sua

maneira de estruturar a luz, a maneira com a qual ela bate, borra e dispersa, distribuindo o visível e o invisível, dando à luz objetos que são dependentes dela para sua existência” (DELEUZE, 1992, p. 160, tradução nossa). Mas dispositivos não são somente máquinas óticas (por exemplo, o Panóptico), mas são definidos também pela maneira como estabelecem e mantêm as posições diferenciais de seus elementos para fazer surgir certos “regimes de enunciação” (DELEUZE, 1992, p. 160). Logo, Deleuze acentua o “aspecto onto-criativo” (BUSSOLINI, 2010, p. 100) do dispositivo. Para ele, os dispositivos não são “nem sujeitos, nem objetos, mas sim regimes” (DELEUZE, 1992, p. 160) que determinam o que se pode ver e dizer em certa configuração histórica de forças. Sob essa luz, o dispositivo não é um objeto dado e estável, mas sim o resultado de práticas ou de certo regime de práticas. Foucault chama esse imperativo metodológico de “nominalismo histórico” ou “ontologia histórica” (FOUCAULT, 2008b, p. 432).

Em segundo lugar, em contraste com termos relacionais concorrentes, como “reunião”, que incluem indiscriminadamente tanto não humanos quanto humanos, a noção de dispositivo leva em conta as fronteiras diferenciais entre esses elementos heterogêneos. Ela enfatiza sua integração persistente e a dinâmica da estruturação. O dispositivo não é uma rede estável, mas um “conjunto” móvel, caracterizado por “mudanças de posição, modificações de funções” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Logo, o uso do termo dispositivo “dá mais o sentido da integração em curso de um campo diferencial de elementos múltiplos, do que descritores ligados, tal qual reunião” (ANDERSON, 2014, p. 35). Dispositivos são aparatos tecnológicos que poderiam ser usados com diferentes propósitos e que podem ter funções diversas.

O terceiro aspecto do dispositivo é sua “natureza estratégica”¹¹. Os dispositivos existem na medida em que lidam com uma demanda

11 Foucault especificou sua compreensão de estratégia em seu ensaio “O sujeito e o poder”, delineando três sentidos da palavra: “Primeiramente, para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim [...]; Para designar a maneira pela qual um parceiro,

ou “urgência” específica instalando uma “função estratégica” ou um “objetivo” estratégico (FOUCAULT, 1979, p. 244). Eles são guiados por um “processo de perpétuo *preenchimento estratégico*” (Foucault, 1979, p. 245; grifos no original) que torna possível inscrever e mobilizar dentro de uma nova estratégia os efeitos negativos ou não intencionais. Conforme notam Wakefield e Braun (2014, p. 6):

[...] regimes fabris, a arquitetura prisional, o saneamento urbano, a iluminação das ruas, bulevares amplos – cada um correspondeu a e pressupôs outras ações e forças: insurreição, motins, doença, crime. Individual e conjuntamente, essas formas governamentais podem ser lidas como uma história das tentativas de administrar e prevenir crises, costurando provisoriamente saberes, práticas e designs disparatados para lidar com as situações na medida em que surgiam.

No entanto, isso não significa que os dispositivos simplesmente respondem a crises, tentando solucionar problemas pré-existentes. Ao contrário, eles envolvem certas problematizações, eles concebem e imaginam os problemas na mesma medida que buscam administrá-los e lidar com eles. Para capturar esse “duplo processo” (FOUCAULT, 1979, p. 245), provavelmente é útil empregar o conceito de “instrumento/efeito”, que Foucault usa em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2007) para abarcar a estranha relação entre interioridade e exterioridade em jogo ali. O dispositivo não é exterior à crise; ao contrário, ele é simultaneamente o efeito de uma crise particular, e um instrumento para lidar com ela. “Crucialmente, para Foucault, nem havia uma vida essencial ou autêntica que existia anteriormente ou fora dos elementos e relações de um *dispositif* particular, e nem a ‘vida’ construída era uma que seguia um plano ou intenção definida de antemão” (WAKEFIELD; BRAUN, 2014; AGAMBEN, 2005).

num jogo dado, age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros, e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a dele [...]; Enfim, para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta”. (FOUCAULT, 1995, p. 247).

As três dimensões do dispositivo – a ontológica, a tecnológica e a estratégica – são bem capturadas em uma curta declaração metodológica oferecida por Foucault em suas aulas sobre governamentalidade:

Em suma, o ponto de vista [...] consistia em procurar destacar as relações de poder da instituição, a fim de analisá-las [sob o prisma] das tecnologias, destacá-las também da função, para retomá-las numa análise estratégica e destacá-las do privilégio do objeto, a fim de procurar ressitua-las do ponto de vista da constituição dos campos, domínios e objetos de saber. (FOUCAULT, 2008c, p. 159).

A importância estratégica da noção de “dispositivo” na obra de Foucault torna-se ainda mais clara na medida em que, em seus escritos, ele desassocia nitidamente o termo de “aparato”. A distinção conceitual já está presente nas aulas no Collège de France de 1973-1974 (FOUCAULT, 2006b) e em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2007)¹². Enquanto nesses textos anteriores Foucault usa “dispositivo” em um sentido que é por vezes próximo ao significado técnico de mecanismo ou aparato, ele já sugere um “sentido mais complicado filosoficamente” (ELDEN, 2017, p. 130). Esse uso conceitualmente distinto de “dispositivo” toma forma no primeiro volume de *História da sexualidade* e informa a compreensão subsequente de Foucault do termo. Foucault busca distinguir clara e consistentemente a noção de dispositivo do conceito mais limitado e circunscrito de aparato, que permanece dentro do reino da soberania e do poder estatal e contém um uso instrumental (FOUCAULT, 1988). Essa compreensão de aparato informa as aulas de Foucault no Collège de France sobre governamentalidade, quando

12 Cf., por exemplo, a seguinte passagem de *Vigiar e Punir*: “O soberano e sua força, o corpo social, o aparelho administrativo. A marca, o sinal, o traço. A cerimônia, a representação, o exercício. O inimigo vencido, o sujeito de direito em vias de requalificação, o indivíduo submetido a uma coerção imediata. O corpo que é supliciado, a alma cujas representações são manipuladas, o corpo que é treinado; temos aí três séries de elementos que caracterizam os três dispositivos que se defrontam na última metade do século XVIII. (FOUCAULT, 2007, p. 108).

ele discute os dispositivos de segurança, distinguindo-os de “aparatos governamentais” (“*appareils*”) no sentido estrito (FOUCAULT, 2008c, p. 143).

Logo, o aparato (“*appareil*”) não é sinônimo de dispositivo (“*dispositif*”), ou intercambiável com esse; eles são “conceitos relacionados, de modo que o aparato é um subgrupo distinto do dispositivo” (Bussolini, 2010, p. 94). Esta prioridade conceitual do dispositivo também é importante teoricamente. Foucault relaciona-se criticamente não apenas com a ciência política tradicional, na medida em que ela foca na soberania e no Estado como um aparato militar-administrativo, mas também com a obra de Althusser a respeito de “aparelhos ideológicos de Estado” (ALTHUSSER, 1980, 1999)¹³. Embora Althusser tenha buscado expandir a análise do Estado, levando em conta a produção de saber e os processos de subjetivação, a análise permaneceu centrada no Estado¹⁴. O uso do termo “dispositivo” representa, então, uma escolha conceitual particular que é obscurecida quando ambos “*appareil*” e “*dispositif*” são traduzidos para o inglês, sem qualquer diferenciação, como “aparatos” [*apparatus*].

13 [N. do T.]: É importante notar que a tradução para o inglês do conceito de Althusser “*Appareils idéologiques d’État*” fala em “*ideological state apparatuses*”, ao passo que a brasileira fala em “aparelhos” – e não aparatos – “ideológicos de Estado”, o que pode causar certa confusão. No entanto, embora seja também utilizado de maneira inconsistente e alternada com alguns outros termos, conforme mostra Lemke no artigo, a tradução para o inglês mantém ao menos o termo “*apparatus*” também ao longo da obra de Foucault, demonstrando explicitamente esse embate crítico com Althusser; as traduções para o português, de maneira geral, são mais cuidadosas para traduzir o termo *dispositif*, mas optou, muitas vezes, pelo termo “aparato” para se referir à obra de Foucault, mesmo quando este utiliza nitidamente o termo “*appareil*”. Ao leitor brasileiro parece, então, que Althusser, de um lado, falou de aparelhos, e Foucault, de outro, de aparatos, o que pode contribuir para obnubilar a relação entre ambos.

14 Interessantemente, Althusser também distingue entre “*appareil*” e “*dispositif*” em seu ensaio, no qual esse parece ser um subgrupo daquele (ALTHUSSER, 1980; BUSSOLINI, 2010). Sobre a relação entre Althusser e Foucault (MONTAG, 2013, p. 141-70). A noção de aparato (também em um sentido diferente do foco no Estado) também está presente na obra de Deleuze e Guattari, especialmente em seu conceito de “aparelho de captura” (“*appareil de capture*”) (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 97-156).

A noção de dispositivo é uma ferramenta conceitual útil para abrir a moldura analítica para as relações estratégicas de forças, ao invés de focar no poder estatal¹⁵. De acordo com Foucault, o governo por agências e aparelhos [*apparatuses*] estatais – “a ‘governamentalização’ do Estado” (FOUCAULT, 2008c, p. 145) – deve ser concebido como um processo político contingente e como um evento histórico singular que carece de explicação, ao invés de um fato dado. Ele busca investigar

[...] os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais. (BUSSOLINI, 2010, p. 93-94).

A análise em termos do dispositivo também possibilita suspender a distinção entre tecnologias duras e suaves [*soft and hard*], materiais e simbólicas. Ele propõe uma consideração integral que investiga a interação dinâmica de elementos que são, com frequência, sistematicamente separados. Esta perspectiva teórica questiona a noção de um aparelho de Estado [*state apparatus*] confinado às características estruturais e organizacionais do Estado como um conjunto institucional. Ela inverte esse “institucional-centrismo” (FOUCAULT, 2008c, p. 157) por meio da concepção das instituições como tecnologias. Ao invés de tomar as instituições como o ponto de partida, ela foca nas tecnologias que são materializadas e estabilizadas em configurações institucionais [*institutional settings*]. Em vez de atribuir as transformações políticas [*political transformations*] às políticas [*policies*] de um Estado autônomo, uma analítica dos dispositivos rastreia-as em novas tecnologias e formas de saber que proporcionam a “possibilidade mesma de parecer

15 O interesse de Foucault em introduzir a noção de governo é precisamente desembaraçar o termo de seu “sentido estatal [...] de forma rigorosa” (FOUCAULT, 2008c; LEMKE, 2007).

isolar da sociedade os aparelhos independentes de um Estado” (MITCHELL, 1991; LEMKE, 2007).¹⁶

POLÍTICA ONTOLÓGICA

A emergência do dispositivo no vocabulário conceitual de Foucault marca um movimento complexo de continuidade e ruptura teóricas¹⁷. Enquanto *épistémè* e *arquivo* eram designadas como noções globais ou totalizantes, o dispositivo é muito mais limitado em escopo e específico empiricamente. Além disso, a ênfase é muito mais explícita no caráter estratégico do dispositivo. Ela está localizada na intersecção das relações de poder com formas de saber, e consiste de “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 1979, p. 246). No entanto, também há paralelos interessantes entre os conceitos mais velhos e o “dispositivo”. A *épistémè* e o *arquivo* tinham uma função teórica importante no “trabalho arqueológico” de Foucault, na medida em que ambos constituíam a totalidade de eventos discursivos de uma época, e, ao mesmo tempo, operavam como um sistema gerador que permitia a emergência desses discursos em primeiro lugar. O mesmo vale para o dispositivo. Ele representa uma ordem estruturada já existente que determina os limites do visível e do dizível, mas é também uma configuração dinâmica e móvel.

Logo, há duas dimensões dos dispositivos que podem ser distinguidas analiticamente. Em primeiro lugar, o dispositivo integra incessantemente os elementos dos quais consiste e é, ele mesmo, o

16 Além de “*apparatus*”, a noção de “*assemblage*” também figura nas traduções em inglês das aulas de Foucault no Collège de France (FOUCAULT, 2008c, p. 424). Isso levou alguns intérpretes a notar “um deslize fascinante na linguagem do *apparatus/assemblage*” (LEGG, 2011, p. 129). No entanto, nessas passagens, Foucault não usou o termo “*agencement*”, mas empregou o termo em francês “*ensemble*”.

17 Deleuze situa a emergência do dispositivo na obra de Foucault como o resultado de uma crise teórica (DELEUZE, 1992, p. 159).

resultado desse processo de “formação” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Embora Foucault proponha, nessa famosa definição do dispositivo, que devêssemos compreender esses “elementos” como discursivos e não discursivos, ele também segue uma sugestão de Jürgen Habermas e faz uma proposta mais diferenciada em um artigo posterior (FOUCAULT, 1995, p. 241). Nesse texto, ele foca nas interconexões e inter-relações entre capacidades técnicas, relações de comunicação e relações de poder. Foucault descreve as formas sistemáticas de “coordenação entre estes três tipos de relação” (FOUCAULT, 1995, p. 241) como “blocos” (“*blocs*”) “nos quais o ajuste das capacidades, os feixes de comunicação e as relações de poder constituem sistemas regulados e concordes” (FOUCAULT, 1995, p. 241). Logo, o dispositivo proporciona “modelos de articulação” (FOUCAULT, 1995, p. 242) que possibilitam integrar diferencialmente capacidades orientadas a fins, relações de comunicações e relações de poder¹⁸.

Em segundo lugar, o dispositivo é uma configuração dinâmica e móvel que estabelece “matrizes de transformação” (FOUCAULT, 1988, p. 110) que não são arbitrárias, mas seguem padrões específicos. Estas promulgam uma lógica histórica e uma racionalidade prática “que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo” (FOUCAULT, 1988, p. 109). No entanto, esses padrões estão expostos a uma dinâmica de dois gumes. Por um lado, o dispositivo é caracterizado por uma “*sobredeterminação funcional*” (FOUCAULT, 1979, p. 245, grifo do autor), na medida em que os efeitos intencionais ou não intencionais de suas operações entram “em uma relação de ressonância ou de contradição” (FOUCAULT, 1979, p. 245) com outros efeitos, de modo que os “elementos” do dispositivo são permanentemente redefinidos,

18 Essa forma de coordenação móvel aproxima-se daquilo que Charis Thompson descreve como uma “coreografia ontológica”, referindo-se à maneira como questões técnicas, científicas, emocionais, políticas, entre outras, são coordenadas em clínicas de ART (THOMPSON, 2005). [N. do T.]: ART é a sigla em inglês para *Assisted Reproductive Technology*, ou Tecnologia de Reprodução Assistida.

reimplementados e reajustados. Logo, o objetivo estratégico e a forma existente do dispositivo são sempre marcados por uma diferença e uma distância – uma diferença que não é simplesmente o resultado de um insucesso ou um sinal de imperfeição; ao contrário, ela pode ser mobilizada e tornar-se um vetor na transformação do dispositivo (BRAUNS, 2003, p. 44). Por outro lado, é justamente essa indeterminação ou “polivalência tática” (FOUCAULT, 1988, p. 111) que possibilita a flexibilidade e a dinâmica do dispositivo. Sua “criatividade variável” (DELEUZE, 1992, p. 163) ajuda a transformar “efeitos negativos” em “positivos” por meio da redefinição do objetivo estratégico. Foucault ilustra esse “preenchimento estratégico” (FOUCAULT, 1979, p. 245) do dispositivo com a emergência de um ambiente profissional da delinquência que foi possibilitado pelo estabelecimento do sistema prisional – um efeito não previsto que “passou a ser reutilizado com finalidades políticas e econômicas diversas” (FOUCAULT, 1979, p. 245). Logo, há uma “regra do duplo condicionamento” (FOUCAULT, 1988, p. 110) operando: o dispositivo impacta na estratégia e, ao mesmo tempo, a estratégia informa o dispositivo.

Esta ênfase na natureza estratégica do dispositivo possibilita contornar um viés funcionalista. Uma vez que os critérios de fracasso e sucesso são uma parte integral do dispositivo, eles não podem ser considerados como parâmetros externos. Na verdade, o “sucesso” de um dispositivo não é garantia de sua continuidade, uma vez que estratégias bem-sucedidas podem finalmente abolir suas fundações ou pré-condições materiais e, assim, torná-las obsoletas. Inversamente, o “fracasso” de um programa estratégico pode ser muito “bem-sucedido”, uma vez que ele pode ocasionar um “reinvestimento estratégico”. Colocado diferentemente: um dispositivo pode funcionar “bem” porque ele não funciona de maneira alguma ou apenas “mal”, por exemplo por meio da criação dos problemas com os quais ele presumivelmente lida. Sob esta luz, a análise de Foucault do “fracasso”

da prisão como um meio para combater a criminalidade pode muito bem indicar sua “*raison d’être*” (FOUCAULT, 2007; HIRSCHMAN, 1977)¹⁹. Como vimos, o dispositivo está sempre ligado a direcionar ou dirigir processos da vida. Ele estabelece certo “regime” (DELEUZE, 1992, p. 160) que conecta objetos e sujeitos, elementos discursivos e não discursivos ao “articular uns sobre os outros” (FOUCAULT, 1995, p. 242) capacidades direcionadas a fins, relações de comunicação e de relações de poder. Agamben apontou que o dispositivo, e seus precursores latinos *dispositio* e *disponere*, são versões do termo grego *oikonomia*, significando a administração do *oikos*, da família e de seus bens e bem-estar, ou, mais genericamente, gestão [*management*]. Esta compreensão de *oikonomia* informa as considerações de Foucault sobre o poder pastoral e, mais genericamente, sua compreensão da economia do poder (FOUCAULT, 2008c; BUSSOLINI, 2010). Logo, a noção de dispositivo está firmemente ancorada em uma analítica do governo. Ela está ligada a direcionar ou dirigir processos da vida. Na compreensão de Foucault, a própria ideia do dispositivo pressupõe que haja alguma força problemática e de agência [*agentive*] concebida como carente de ser formada, configurada e dirigida.

A genealogia de Foucault do “dispositivo da sexualidade” é um bom exemplo da dimensão tecno-política-ontológica da noção. O ponto principal de Foucault em *A vontade de saber* é que a sexualidade não é algo dado universalmente, que é então regulado e conhecido. Muito pelo contrário, ele argumenta que a “sexualidade” foi inventada no século XIX e tornou-se um objeto privilegiado de saber em várias disciplinas. O “dispositivo da sexualidade” combina e alinha um conjunto de comportamentos individuais, funções corporais e práticas institucionais, governando e controlando, deste modo, os indivíduos e seus corpos (FOUCAULT, 1988, p. 117; BEHRENT, 2013; ELDEN, 2016). Logo, ele articula tanto a dimensão produtiva quanto a coativa do

19 Esse argumento é desenvolvido mais extensamente em Lemke (2017).

poder. Em *A vontade de saber*, Foucault contesta a “hipótese repressiva” de duas maneiras. Ele rejeita não apenas a ideia da sexualidade original, que veio a ser coagida e deve ser agora emancipada, como também a interpretação de que o dispositivo da sexualidade serve primariamente à opressão de classe. Ao invés disso, ele alega que a “sexualidade” é uma invenção burguesa, um meio de autoafirmação que constitui seu “corpo de classe”. Apenas posteriormente, no decurso do século XIX, o dispositivo veio a ser aplicado ao corpo social como um todo, no qual, enquanto uma instância hegemônica, “induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classe específicos” (FOUCAULT, 1988, 1999).

UNINDO STS E UMA ANALÍTICA DO GOVERNO: O GOVERNO DAS COISAS

A compreensão de Foucault do dispositivo insiste em seu construtivismo prático e em sua dimensão performativa: ele não age simplesmente em objetos já existentes, mas cria os objetos em suas próprias operações. Esse “materialismo relacional” (MOL, 2013, p. 381) é intimamente ligado a trabalhos em STS, e é extremamente frutífero unir ideias de STS e de uma analítica do governo na esteira de Foucault. Minha compreensão do entrelaçamento de dimensões ontológicas, tecnológicas e estratégicas do dispositivo é informado por uma analítica do governo que vai além do governo de humanos. Esse “governo das coisas”, como Foucault certa vez denominou-o (LEMKE, 2015), contribui para uma problematização da política como um domínio exclusivamente humano, caracterizado por conflitos de interesses ou por tomadas de decisões comuns. O conceito de um “governo das coisas” enfatiza a materialidade da política ao articular a ligação entre a matéria do governo e o governo da matéria. Ele é atento para como práticas sócio-materiais configuram e transformam

a realidade, fazendo surgir uma multidão de atores e resultando em uma “política ontológica” (MOL, 1999) diferente²⁰.

Esta síntese teórica entre STS e uma analítica do governo possibilita uma “teoria da política mais plenamente materialista” (BRAUN; WHATMORE, 2010, p. x), na medida em que ajuda a corrigir os problemas enfrentados por muitas análises da sociologia política e da teoria social e política ao abordar as transformações e mudanças nas sociedades contemporâneas. Observemos brevemente alguns desses problemas. Em primeiro lugar, as teorias política e social tendem a restringir o domínio da política. No imaginário político predominante, a política é vista como baseada no discurso, na comunicação, na vontade, etc. (ASDAL et al., 2008; MARRES; LEZAUN, 2011), enquanto artefatos materiais e sistemas físicos são concebidos “como a fundação passiva e estável sobre a qual a política ocorre” (BARRY, 2013, p. 1)²¹. Em segundo lugar, teóricos políticos em demasia ainda tratam a tecnologia como algo exterior à política, concebendo-a como o objeto da política (BRAUN; WHATMORE, 2010). Em terceiro, a teoria política é, em sua maioria, informada por um viés humanista que é incapaz de informar e lidar com os desafios sociais e políticos à luz da crise econômica e ecológica (BENNETT, 2010).

Há quatro atributos distintivos que caracterizam tal perspectiva do “governo das coisas”.

20 Annemarie Mol, em seu artigo sobre política ontológica, credita a Foucault um papel “crucial” nas “articulações intelectuais da política ontológica” (MOL, 1999, p. 87).

21 Conforme aponta Barry, esse imaginário político também leva a uma ideia empobrecida de democracia: Mas embora teóricos democráticos radicais apontem para a centralidade do dissenso na vida política, pouco eles dizem sobre a existência e a importância dos materiais e objetos, que frequentemente vêm a animar controvérsias de conhecimento público. Tais controvérsias giram em torno de desacordos não apenas quanto aos direitos e interesses de atores humanos e às identidades de grupos sociais [...], mas também quanto às causas das mudanças climáticas, à segurança de organismos geneticamente modificados, às origens de doenças, aos riscos de enchentes e às consequências de acidentes nucleares. (BARRY, 2013, p. 8)

Uma abordagem performativa e praxeológica

A noção de dispositivo vai além do construtivismo social e do realismo clássico ao endossar uma abordagem praxeológica das materialidades. O dispositivo é promulgado por práticas e não existe anteriormente a elas. Elas produzem o efeito do APARATO, de uma entidade estável, homogênea, maquina e fixa. Nesse sentido, o dispositivo é o resultado de um processo de “aparatação”. É importante contornar e esquivar-se do efeito de “reificação”, produzido ativamente pelas operações do dispositivo, por meio de sua concepção como heterogêneo, instável e flexível.

Essa compreensão performativa possibilita levar em conta as diversas maneiras com que as fronteiras entre o mundo humano e o não humano são negociadas, promulgadas e estabilizadas. Além disso, essa postura teórica não dualista possibilita analisar a distinção aguda entre o natural, de um lado, e o social, de outro, matéria e significado como um instrumento e efeito distintivos de práticas governamentais. Ela também nos convida a repensar as formas de causalidade em termos de temporalidade, espacialidade e matéria, na medida em que estes são reconfigurados no “*dispositio*”. Creio que aqui seja necessário acatar o lembrete de Karen Barad de que deveríamos rejeitar qualquer ideia de um mundo já dado, caracterizado por esquemas causais fixos e padrões pré-estabelecidos de tempo, espaço e matéria. Ao contrário, os dispositivos são máquinas criadoras de mundos que determinam o que conta como uma “causa” e o que conta como um “efeito”. Nessa leitura, os dispositivos (na terminologia de Barad, “aparatos”) não meramente evoluem no tempo; eles não estão situados no espaço e não mobilizam a matéria; ao contrário, eles são “reconfigurações materiais específicas do mundo que [...] reconfiguram reiteradamente o espaçotempomatéria como parte do dinamismo contínuo do tornar-se” (BARAD, 2007, p. 142). Nessa perspectiva, os dispositivos não

simplesmente “mudam com o tempo; eles se materializam (através do tempo)” (BARAD, 2007, p. 203), eles não são “localizados no mundo, mas são configurações ou reconfigurações materiais do mundo que re(con)figuram a espacialidade e a temporalidade, assim como a (noção tradicional de) dinâmica” (BARAD, 2007, p. 146).

Uma compreensão material-semiótica

O conceito de dispositivo está localizado dentro de uma semiótica material. Ele possibilita analisar as relações interligadas entre significado e matéria sem distinguir sistematicamente entre elas. Embora essa perspectiva seja útil para dar conta do material na teoria social e política, a ambição vai além da correção dos pontos cegos e limitações das compreensões social construtivistas ou realistas clássicas. Ele também possibilita conceber a “vibração das coisas” (Bennett) sem sucumbir a uma leitura vitalista que clama pela liberação da matéria morta. Ao contrário, a compreensão material-semiótica do dispositivo enfatiza sua riqueza em eventos [*eventfulness*], sua indeterminação, sua abertura e flexibilidade interpretativa. Os dispositivos podem falhar em suas ambições originais (ou reajustá-las), mas mesmo que eles tenham sucesso, eles podem ocasionar consequências não previstas e possibilidades desconhecidas, transformando as agendas e topografias políticas (BRAUN; WHATMORE, 2010, p. xx-xxii).

Há uma outra leitura mais específica dos entrelaçamentos do material e do semiótico. A alegação teórica de “reintroduzir o material”, embora aparentemente de modo paradoxal, é articulada em uma situação histórica na qual o material é cada vez menos concebido como “substância morta”, e mais como “matéria vibrante”, enfatizando a agência das coisas nos processos de “digitalização”, “molecularização” e “informatização”. Andrew Barry fornece duas

“razões amplas” (BARRY, 2013, p. 14) para esse desenvolvimento que estão vinculadas com o modo operacional dos dispositivos de governo:

Em primeiro lugar, no contexto tanto de intensificação dos custos das matérias primas e da energia, quanto das demandas dos consumidores e da indústria, há uma ênfase constante na avaliação do desempenho dos materiais [...]. Em segundo lugar, reuniões materiais são objeto de uma gama crescente de requisitos regulatórios que governam questões tais como desperdício ambiental, biossegurança, segurança e uso energético [...]. A produção de informações sobre os materiais é, portanto, intimamente associada com o crescimento de zonas regulatórias nacionais e transnacionais, regimes que governam, medem e monitoram o impacto de materiais tanto em pessoas quanto no ambiente físico. (BARRY, 2013, p. 14).

Seguindo Barry, uma dimensão central dos dispositivos contemporâneos é avaliar a performatividade e a “riqueza em eventos” dos materiais buscando controlar e governá-los.

Uma perspectiva pós-humanista

A noção de dispositivo torna visível as fronteiras e condições materiais contingentes da política ao expor os limites dos modos antropocêntricos de pensamento. Ela nos auxilia a conceber o sujeito humano como um resultado das operações dos dispositivos, ao contrário do que como alguém fora ou exterior a eles. Há toda uma gama de novas questões empíricas e teóricas que precisam ser exploradas: como é composto o coletivo político e quem (ou o que) é reconhecido como um ator político (mulheres, animais, montanhas, etc.) (ASDAL et al., 2008, p. 6)? Como o governo de não humanos está articulado com o governo de humanos e como ele o condiciona (NIMMO, 2008)? Como deveríamos conceber as propriedades agenciais de corpos humanos e não humanos, sua riqueza em eventos e indeterminação sem recorrer a conceitos como “resistência” ou “recalcitrância”, que

parecem reinscrever a passividade ou rearticular a oposição atividade *versus* passividade (BRAUN; WHATMORE, 2010, p. xx-xxii)?

Essa perspectiva pós-humanista a respeito da política também possibilita ir além da política (ambiental) tradicional, na medida em que problematiza tanto o objeto quanto o sujeito da política (BENNETT, 2010, p. 111-2). Em primeiro lugar, a mudança de “ambiente” para “dispositivos” rompe com ideias de direção humana [*human stewardship*] ou de qualquer relação exterior entre humanos e as condições ambientais da vida humana; ao invés disso, a materialidade é partilhada igualmente por humanos e não humanos e a agência humana é sempre já parte de dispositivos mais complexos que fundem e hibridizam forças humanas e não humanas. Em segundo lugar, o conceito de dispositivo não apenas desestabiliza as ideias convencionais de exterioridade e externalidade, mas também força os humanos a reconhecerem a alteridade em sua própria humanidade [*humanness*], indo, dessa maneira, além de conceitos tradicionais de corporificação [*embodiment*]. Nessa perspectiva, a agência não humana é a pré-condição para os humanos emergirem e existirem (BENNETT, 2010, p. 113)²².

Embora essa perspectiva pós-humanista seja certamente uma mudança teórica necessária, há ao menos duas ressalvas para se levar em conta. Em primeiro lugar, o deslocamento teórico para o pós-humanismo e o igualitarismo analítico atrelado a ele tende, por vezes, a obscurecer o papel *de facto* privilegiado e o poder planetário dos humanos de afetar outros corpos. O que é necessário é aquilo que se pode chamar de um “antropocentrismo estratégico” (DONALDSON, 2014, p. 6) que leve em conta o poder assimetricamente destrutivo e opressivo dos humanos. Conforme coloca Coole: “tendo rejeitado

22 Conforme apontou Bennet, seguindo Haraway e muitos outros: “Em um mundo de matéria vibrante, não é suficiente, logo, afirmar que somos ‘corporificados’. Nós somos, ao contrário, uma variedade de corpos, muitos tipos diferentes deles em um conjunto aninhado de biomas” (BENNETT, 2010, p. 113).

ontologias verticais ou dualistas, [...] ainda é importante responsabilizar os seres humanos, em um sentido material, se não moral, pela destrutividade que eles estão exercendo em ecossistemas vulneráveis” (COOLE, 2013, p. 461). Embora seja importante desestabilizar a “matriz antropológica” (LATOURE, 1994, p. 105), uma analítica de governo pós-humanista precisa dar conta da responsabilidade do Homem por ameaçar as condições de vida no planeta inteiro. Logo, um pós-humanismo crítico não somente abandona o “humanocentrismo”, como também – conforme colocaram Cudworth e Hobden – está “altamente afinado com a dominação do animal que não é humano, em adição ao animal que é” (CUDWORTH; HOBDEN, 2015, p. 144).

O segundo problema é que a crítica do antropocentrismo é frequentemente expressa como uma acusação muito abstrata e geral, e não é relacionada ao problema do eurocentrismo ou aos debates pós-coloniais sobre alteridade. Como resultado, o debate tende a homogeneizar o “humano”, ignorando, assim, suas fraturas e fissuras internas. Logo, as assimetrias de poder e as desigualdades sociais dentro do “humano” raramente são abordadas, na medida em que o foco do interesse se desloca para os entrelaçamentos de entidades ou reuniões humanas e não humanas. Paradoxalmente, o “humano” que deve ser deixado para trás e superado por um retrato pós-humano ou “mais-que-humano” é, no final, reafirmado como algo sólido e estável (MEIßNER, 2013; GARSKE 2014).

Experimentação e crítica como mapeamento

Essa perspectiva de pesquisa também convida um estilo diferente de análise e de crítica. Dado o caráter heterogêneo, dinâmico e móvel dos dispositivos, eles não podem ser concebidos como totalidades coerentes, estáveis e sólidas, que estruturam e governam [rule] generalizadamente o mundo sócio-material. Wakefield e Braun

argumentam que, dado que um dispositivo é composto de “uma rede de relações entre elementos, suas formas de análise não são a crítica, mas sim a investigação, o mapeamento e a vinheta” (WAKEFIELD; BRAUN, 2014, p. 8). Eles propõem deslocar o registro da crítica da inquisição moral a uma investigação pragmática que analisa como dispositivos específicos operam. Logo, a ambição é fornecer um mapa das topografias contemporâneas do governo. Este estilo de análise não busca determinar se um dispositivo é bom ou mau; ao contrário, ele busca identificar “linhas de fuga” (DELEUZE; GUATTARI, 1997) para que possamos imaginar como o dispositivo poderia operar diferentemente. O desafio é desarticular a dimensão governamental do dispositivo, tornar inoperáveis os elementos disparatados dos quais consiste e dissolver as relações que ele promulga (WAKEFIELD; BRAUN, 2014, p. 10)²³.

Dado que os dispositivos não são estruturas fixas e unificadas, mas sim práticas heterogêneas e abertas (BARAD, 2007), eles invocam imaginários políticos e projetos de experimentação alternativos, possivelmente levando a formas de “contra-conduta” (Foucault). O foco na dimensão experimental da crítica também retoma aquilo que Foucault chamou de crítica como *ethos*. Uma crítica “experimental” pressupõe um movimento para examinar cuidadosamente os parâmetros normativos que são parte de uma realidade social e histórica com a qual eles se relacionam criticamente. Logo, a crítica

23 Braun e Wakefield recorrem aqui à noção de profanação de Agamben (AGAMBEN, 2005) ou de poder destituente (AGAMBEN, 2014). Agamben refere-se à origem latina do termo profanação: enquanto “consagrar” designava a saída das coisas da esfera da lei humana, “profanar” significava, ao contrário, restabelecer as coisas para o livre uso dos homens. A profanação opera, assim, como algum tipo de contra-dispositivo que restabelece para o uso comum o que o sacrifício havia separado e dividido (AGAMBEN, 2005, p. 14). Para ilustrar o poder desse poder destituente de abrir novas possibilidades de uso, Braun e Wakefield convidam-nos a considerar “[...] a reconversão [*repurposing*] de escolas, de suprimentos da Agência Federal de Gestão de Emergências [*Federal Emergency Management Agency*] e das ruas em centros organizativos autônomos, em bancos de oferta compartilhada, e em cozinhas de rua comunitárias nos bairros da cidade de Nova York devastados pelo furacão Sandy”. (WAKEFIELD; BRAUN, 2014, p. 9).

experimental abrange duas dimensões aparentemente contraditórias. A experiência é concebida como uma estrutura dominante e uma força transformadora, como um pano de fundo existente de práticas e um evento transcendente, como o objeto de inquirição teórica e o objetivo de mover-se além dos limites históricos. Note o duplo significado de *expérience* em francês, tanto como “experimento”, quanto como “experiência”.

No entanto, tal política de experimentação é particularmente desafiadora na medida em que não precisa apenas lidar com as dificuldades de alinhar e negociar os interesses e estratégias humanos, mas também tem de levar em conta formas múltiplas de agência que incluem entidades e práticas não humanas. Logo, o modo experimental não inclui somente empregos alternativos ou reconfigurações diferentes de dispositivos governamentais para humanos, mas se estende também para problemas de encarregar-se de responsabilidades e agências tanto de humanos quanto de não humanos (JOHNSON et al., 2014). De modo aparentemente paradoxal, isto é particularmente crítico para a experimentação política na era do Antropoceno.

CONCLUSÃO

Meu objetivo nesse artigo foi duplo. Em primeiro lugar, argumentei a favor de um uso mais consistente e deliberado do conceito de dispositivo, distinguindo a noção do conceito de aparato, de um lado, e da ideia de reunião, de outro. Tentei especificar as dimensões ontológicas, tecnológicas e estratégicas da noção e sua mais-valia analítica e crítica.

Em segundo lugar, argumentei a favor de um alinhamento entre uma analítica do governo na tradição foucaultiana e as ideias dos *STS*, e reservei o termo “governo das coisas” para essa empreitada. Esta síntese teórica, da qual o conceito de dispositivo é um elemento

e instrumento importantes, possibilita ir além dos pontos cegos e insuficiências de muitas observações contemporâneas da política e da análise social, e é mais apropriada para abordar desafios e crises políticas e sociais urgentes, dado que ela leva a sério a matéria da política. O conceito de um governo das coisas contorna a alternativa desgastada do construtivismo social e do realismo científico. Ele nos convida a desentrelaçar as noções de matéria, ontologia, natureza e biologia como associadas necessariamente com determinismo, essencialismo e reducionismo, e desafia as imaginações políticas e os vocabulários críticos ao questionar a ideia de natureza como algo sólido, estável e estático.

REFERÊNCIAS²⁴

AGAMBEN, Giorgio. *Che cos'è un dispositivo?* Rome: Nottetempo, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *Outra Travessia Revista de Literatura*, Ilha de Santa Catarina, v. 5, p. 9-16, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. What is a destituent power? *Environment and Planning D: Society and Space*, London, v. 32, n. 1, p. 65-74, 2014.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1980.

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ANDERSON, Ben. *Encountering affect: capacities, apparatuses, conditions*. Farnham: Ashgate, 2014.

ASDAL, Kristin et al. The technologies of politics. *Distinktion. Scandinavian Journal of Social Theory*, Copenhagen, v. 16, p. 5-10, 2008.

BARAD, Karen. *Meeting the Universe Halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Durham: Duke University Press, 2007.

24 [N. do T.]: sempre que possível, foram realizadas as correspondências das obras citadas em outras línguas, citando-as em suas traduções para o português.

- BARRY, Andrew. *Material politics: disputes along the pipeline*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.
- BEHRENT, Michael C. Foucault and technology. *History and Technology*, London, v. 29, n. 1, p. 54-104, 2013.
- BENNETT, Jane. *Vibrant Matter: a political ecology of things*. Durham: Duke University Press, 2010.
- BRAUN, Bruce. Environmental issues: inventive life. *Progress in Human Geography* vol. 32, n. 5, p. 667-679, 2008.
- BRAUN, Bruce; WHATMORE, Sarah J. The stuff of politics. An introduction. In: _____. *Political matter: technoscience, democrac, and public life*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010. p. ix-xi.
- BRAUNS, Jörg. *Schauplätze: Untersuchungen zur Theorie und Geschichte der Dispositive visueller Medien*. 2003. 328 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Fakultät Medien der Bauhaus, Universität Weimar, Weimar, 2003. Disponível em: <https://e-pub.uni-weimar.de/opus4/frontdoor/deliver/index/docId/75/file/Brauns_pdfa.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.
- BURCHELL, Graham. Translator's note. In: FOUCAULT, Michel. *Psychiatric power: lectures at the Collège de France 1973–1974*. New York: Picador, 2008. p. xxiii-xxiv.
- BUSSOLINI, Jeffrey. What is a dispositive? *Foucault Studies*, Denmark, v. 10, p. 85-107, 2010.
- COOLE, Diana. Agentic capacities and capacious historical materialism: thinking with new materialisms in the political sciences. *Millennium: Journal of International Studies*, London, v. 41, n. 3, p. 451-469, 2013.
- CUDWORTH, Erika; HOBDEN, Stephen. Liberation for straw dogs? Old materialism, new materialism, and the challenge of an emancipatory posthumanism. *Globalizations*, Helsinki, v. 12, n. 1, p. 134-148, 2015.
- DELEUZE, Gilles. What is a dispositive? In: ARMSTRONG, Timothy J. (Ed.). *Foucault: philosopher*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1992. p. 159-68.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka, por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997.

DONALDSON, Brianne. Introduction. In: DONALDSON, Brianne (Ed.). *Beyond the bifurcation of nature: a common world for animals and the environment*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2014. p. 1-6.

ELDEN, Stuart. *Foucault: the birth of power*. Cambridge: Polity Press, 2017.

ELDEN, Stuart. *Foucault's last decade*. Cambridge: Polity Press, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Ecrits: vol II*. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: curso dado no Collège de France (1979-1980)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-49.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: MACHADO, Roberto (Org.). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 243-76.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2007.

GARSKE, Pia. What's the 'matter'? Der Materialitätsbegriff des 'New Materialism' und dessen Konsequenzen für feministisch-politische Handlungsfähigkeit. *Prokla*, [S. l.], v. 44, p. 111-129, 2014.

HEIDEGGER, Martin. *Basic writings*. New York: Harper Collins, 1993.

- HIRSCHMAN, Albert O. *The passions and the interests: political arguments for capitalism before its triumph*. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- JOHNSON, Elizabeth et al. After the anthropocene. Politics and geographic inquiry for a new epoch. *Progress in Human Geography*, London, v. 38, n. 3, p. 439-456, 2014.
- LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LEGG, Stephen. Assemblage/apparatus. Using Deleuze and Foucault. *Area*, London, v. 43, n. 2, p. 128-133, 2011.
- LEMKE, Thomas. An indigestible meal? Foucault, governmentality and state theory. *Distinktion. Scandinavian Journal of Social Theory*, Denmark, v. 15, p. 43-64, 2007.
- LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.
- LEMKE, Thomas. New materialisms: Foucault and the 'government of things'. *Theory, Culture & Society*, London, v. 32, n. 4, p. 3-25, 2015.
- MARRES, Noortje; LEZAUN, Javier. Materials and devices of the public. An introduction. *Economy and Society*, London, v. 40, n. 4, p. 489-509, 2011.
- MEIßNER, Hanna. Feministische Gesellschaftskritik als onto-epistemologisches Projekt. In: BATH, Corinna et al. (Ed.). *Geschlechter Interferenzen. Wissensformen – Subjektivierungsweisen – Materialisierungen*. Münster: LIT Verlag, 2013. p. 163-208.
- MITCHELL, Timothy. The limits of the state: beyond statist approaches and their critics. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 85, n. 1, p. 77-96, 1991.
- MOL, Annemarie. Mind your plate! The ontonorms of Dutch dieting. *Social Studies of Science*, London, v. 43, n. 3, p. 379-396, 2013.
- MOL, Annemarie. Ontological politics. In: LAW, John; HASSARD, John (Ed.). *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell, 1999. p. 74-89.
- MONTAG, Warren. *Althusser and his Contemporaries: Philosophy's Perpetual War*. Durham: Duke University Press, 2013.
- NIMMO, Richie. Governing Non-Humans. Knowledge, Sanitation and Discipline in the Late 19th and Early 20th Century British Milk Trade. *Distinktion. Scandinavian Journal of Social Theory*, vol. 9, n. 1, p. 77-97, 2008.
- RABINOW, Paul. *Anthropos today. Reflections on modern equipment*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

REY, Alain (Ed.). *Dictionnaire historique de la langue française*. Paris: Dictionnaires Le Robert, 2006.

THOMPSON, Charis. *Making parents: the ontological choreography of reproductive technologies*. Cambridge: MIT Press, 2005.

WAKEFIELD, Stephanie; BRAUN, Bruce. Governing the resilient city. Environment and planning. *Society and Space*, Genova, v. 32, n. 1, p. 4-11, 2014.